

**INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SUSTENTÁVEL - IPADES**

PECUÁRIA LEITEIRA NO PARÁ: ASCENSÃO OU QUEDA?

Paulo Galdino

Med. Vet. Sócio - IPADES

Em meados da década de 1970 a criação do gado leiteiro na região Nordeste do Pará recebeu grande incentivo por parte dos governos federal e estadual no concernente ao início de seu desenvolvimento econômico. Nessa época por apresentar-se de forma desorganizada e tendo como gerenciadora uma cooperativa instalada no município de São Miguel do Guamá a produção leiteira comercial do Estado iniciava seu ciclo econômico, porém necessitava ter sua sobrevivência garantida para as próximas décadas, instalando-se naquela região definitivamente e tornando-a um pólo de desenvolvimento leiteiro no Estado do Pará.

Com a repercussão positiva da adesão dos produtores de leite da região que acreditaram convictamente na realização de um sonho a ser materializado, as esferas governamentais se sensibilizaram com o fato e na certeza de que podiam contribuir para a realização dos anseios daqueles produtores, resolveram baseado em estudos e levantamentos sócio-econômicos realizados por técnicos do setor público agropecuário na época, estruturar e consolidar a “geografia do leite” em toda a região Guajarina. E, assim, no ano de 1977 os técnicos da Embrapa e Emater-Pará resolveram juntamente com fazendeiros e outros técnicos colaboradores da região, montar um sistema de produção destinado à pecuária leiteira regional tendo como base operacional das ações (técnicas e educativas) o município de Paragominas, considerado a época como o “celeiro” da produção leiteira, suplantando todos os demais municípios, integrantes da “geografia do leite”, em volume de produção.

Este sistema de produção, também chamado de “pacote tecnológico”, serviria de norteador para sustentação de todo aquele grande projeto, pois tinha no seu conteúdo um leque de ações técnico-educativas que contemplavam cadastramento de propriedades, seleção de matrizes, agrostologia, alimentação e nutrição, melhoramento animal e sanidade, bem como apoio na comercialização do leite e seus subprodutos. É importante salientar que posteriormente foram realizados outros Sistemas de Produção tanto para gado de leite quanto de corte, e até para bubalinos, adequados a realidade de cada região (Marajó, Baixo Amazonas, Sul do Pará, Bragantina e Salgado).

Convém ressaltar que em paralelo a implantação desse sistema de produção já havia no Estado um programa de melhoramento animal oriundo de um convênio entre SAGRI / SUDAM / MA / BASA, centrado nas regiões Guajarina, Bragantina e Sul do Pará, que tinha como principais ações realizar levantamento para controle da brucelose e implantar nas fazendas a técnica de inseminação artificial.

Por sua vez, o Sistema de Extensão Rural contribuía aplicando as suas ações técnico-educativas dentro de um programa designado Diretrizes de Assistência Técnica para a Bovinocultura de Leite, onde se difundiam práticas simples com regras básicas que iam da higiene na ordenha até o aproveitamento dos subprodutos do leite e contabilidade simplificada, que ajudava substantivamente o produtor a diminuir significativamente os custos de produção. Torna-se interessante dizer que essas referidas práticas eram bem aceitas pelos integrantes da pequena produção, pois os de renda média e alta tinham suas mentes voltadas exclusivamente aos financiamentos bancários, pouco se importando com a difusão de orientações técnicas.

A política de assistência técnica para o setor leiteiro á época, visava atender as condições da região onde o mesmo estivesse implantado e contemplava objetivos diversos, tais como manejo das pastagens e do rebanho, melhoramento genético, sanidade animal, qualidade e comercialização do leite. Esta forma de assistência técnica se estendeu através das décadas seguintes (1980/1990) e depois com a queda do subsídio do leite pelo governo Collor tudo se perdeu nos labirintos do tempo. Por outra, acreditamos (opinião pessoal) que o produtor na época não estivesse preparado para um futuro que chegou tão rápido trazendo, no seu bojo, inúmeras inovações tecnológicas em todos os setores da economia e para a agropecuário não foi diferente.

Mudanças ocorreram por pressões técnicas e exigências fiscais em prol de uma melhor qualidade do leite em detrimento de sua comercialização. Vieram as ordenhadeiras mecânicas e com elas projetos de salas de ordenha, contratação de mão-de-obra especializada, pasteurização obrigatória do leite, comedouros automáticos de ração, descarte de matrizes com menor tempo de produção eliminando o “apego” as vacas que envelheciam na propriedade como premio por ter fornecido leite em abundância a filhos e netos. Mini-usinas de pasteurização atualmente é quase obrigatório na propriedade, laboratório para análises físico-químicas do leite, estábulos com piso de cimento, exames periódicos de doenças infecto-contagiosas, programas internos de controle da brucelose e tuberculose ou

seguir o do órgão oficial do governo. As novas políticas governamentais chegaram refutando a atividade leiteira “caseira” caracterizada por ser mista, de safra e entressafra, e de abastecimento, propondo alternativas de maior profissionalismo na atividade e produção.

De todos os produtos agropecuários, o leite talvez seja o que maior benefício social apresenta para os países que se dispõem a produzi-lo, seja na forma de renda por unidade de área, na produtividade da mão-de-obra, na concentração energética e protéica do produto final, nas possibilidades quase infinitas de produção de derivados, importância para o consumidor, entre outros.

Em vista das diversidades de condições climáticas, topográficas e edafológicas dos países produtores, tornou-se natural que, de uma forma ou de outra, os países interessados em continuar usufruindo dos benefícios sociais de produzir leite criassem uma forma artificial de manter a rentabilidade da atividade. Na Europa, com altos custos de produção, proibem-se importações e sustenta-se bom preço no mercado interno, uma vez que os europeus são tradicionais consumidores de produtos lácteos e têm bom poder aquisitivo, e subsidia-se o produto para exportação, podendo-se sustentar a estabilidade da classe, em benefício de milhões de pessoas, é o chamado “protecionismo”.

Nos Estados Unidos, excesso de produção nunca foi problema dos mais graves, uma vez que o mercado consumidor é muito grande e de bom poder aquisitivo. Proibindo importações, o problema foi resolvido. Porém, o grande progresso genético alcançado obrigou o governo a um programa de diminuição do rebanho.

O Canadá, com um dos melhores rebanhos do mundo, mantém a atividade através de acordo entre governo e produtores para estabilização da produção dentro dos níveis de consumo interno e subsídio direto à produção. Mais uma vez a prática de protecionismo se faz presente.

A Nova Zelândia com as melhores condições do mundo para a produção de leite investe considerável quantia em pesquisa para viabilizar a produção do leite mais barato do mundo para o mercado externo. Já a nossa irmã, a Argentina, é exportadora de leite muito mais por suas condições naturais favoráveis e tradição de muitos criadores do que por subsídio governamental.

Aqui no Brasil, a produção de leite, há muitos anos, vem exercendo papel social destacado, mas recebendo dos governos um desprezo injustificável. É muito

comum a exploração de outras culturas em consórcio com leite. Como exemplo disso temos a cafeicultura que no sul de Minas forma um casal perfeito com o leite.

E, neste nosso país de contrastes, grande parte do rebanho nacional continua a ser manejado da mesma forma, há mais de 70 anos. No Pará não podia ser diferente, com utilização de áreas de difícil lavração ou degradação por mau uso; importando animais das regiões de clima relativamente frio impondo-os ao desgaste natural frente às condições dos trópicos úmidos resultando numa eficiência e eficácia quase que nulas.

E, como se não bastasse o alto índice de brucelose em todas as regiões do pólo leiteiro, eis que surge a Leucose Enzoótica dos Bovinos, conhecida como a AIDS dos bovinos. Supõe-se que, com a importação e comércio interno de animais, assim como, a prática mal conduzida de premonição em animais importados para melhoramento da produção ela tenha chegado a nossa região.

Nos idos da década de 1980 houve um “boom” na importação de bovinos leiteiros para a Amazônia com o objetivo de incrementar o setor da produção de leite da região. O que antes era considerada como sendo uma doença de caráter “exótico” para a nossa região, pois era uma enfermidade somente conhecida por nós através das literaturas técnico-científicas, ela veio a tornar-se realidade, quando resolvemos pesquisá-la nas seis mesorregiões que dividem o estado do Pará, culminando no diagnóstico positivo da mesma através de vários testes de Elisa indireto, num grande número de amostras coletadas por nós pessoalmente, com resultado final determinando a prevalência da infecção pelo vírus da leucose numa percentagem de 70, 81%.

Na época (1998), foi considerado por renomados professores visitantes da UFPA, de origem húngara, como sendo o índice de soro positividade mais alto verificado no País. Apesar de alarmante, tendo em vista a gravidade da doença, por ser incurável e não possuir tratamento terapêutico, não se deu nenhuma importância a este evento. E, o que vem a ser mais preocupante é o fato de a leucose ser considerada uma doença de caráter “econômico” (pois o animal cessa sua produção e fica na propriedade usufruindo da alimentação e contaminando os demais) não se tomou nenhuma providência em cessar a comercialização desenfreada sob os auspícios das agências bancárias e nem tampouco o serviço de defesa sanitária animal se preocupou com a questão.

A pecuária leiteira teve seu tempo de glória no Pará, entre os anos 1995 e 1996, tendo o seu maior pique de produção registrado em janeiro de 1996 com cerca de 1,07 bilhão de litros de leite. Em 2008 a produção atingiu 675,5 milhões de litros.

Os produtores de leite por algum motivo foram se desmotivando. O grosso da produção atualmente vai para a indústria que dita as normas de comercialização e preço. A prática cooperativista nunca funcionou a contento, talvez por gestão inadequada. Atualmente, o setor leiteiro de nosso estado enfrenta crises de ordem estrutural. Apesar de em todo país, os custos dos insumos ter-se expandido em progressão geométrica e o preço do leite em progressão aritmética sem levar em conta os custos de mão-de-obra e infra-estrutura, o criador da região, desestimulado, prefere deixar as crias mamarem e mandá-las para o abate, numa quantidade tão grande de matrizes, que o Pará levará mais de uma década de anos, para repor o rebanho que antes lhe deu tanto status.

No entanto, em face de tantas oscilações de ordem comercial dentro desta atividade tão importante ao desenvolvimento socioeconômico de qualquer país, surge um questionamento que nos intriga: porque o cooperativismo (no seu sentido amplo e não somente com relação ao setor leiteiro) no Pará nunca avança em sentido positivo? Será que há desestímulo, descrença ou despreparo dos cooperados. Ou será que a culpabilidade por má gestão de seus dirigentes continuará sendo a resposta de sempre? Existe realmente incentivo do governo as questões relativas ao cooperativismo e associativismo? Ou ele existe somente para o setor sindical? Sabemos muito bem que nos países ricos e até mesmo em diversos estados brasileiros o cooperativismo muitas vezes surge como um estabilizador às intempéries econômicas advindas por questões fiscais ou políticas. Mas, o Estado do Pará parece ser uma exceção a esta regra, principalmente nas atividades agropecuárias.